

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2023

Vol 5

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2023

Vol 5

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências 5

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
E24	<p>A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências 5 / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0965-6 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.656230601</p> <p>1. Educação. 2. Ensino. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

O cenário social atual, permeado por aceleradas alterações econômicas, políticas, sociais e culturais exige novas formas de compressão das relações de entre os indivíduos e desses com o conhecimento. Assim, os processos educativos auxiliam no desenvolvimento das capacidades físicas e habilidades mentais indispensáveis para o convívio social. Nesse contexto, a obra: **A educação enquanto fenômeno social: Perspectivas de evolução e tendências 5, 6 e 7**, fruto de esforços de pesquisadores de distintas regiões brasileiras e estrangeiras, reúne pesquisas que se debruçam no entendimento das perspectivas educacionais contemporâneas.

Composta por dezoito capítulos, a livro apresenta estudos teóricos e empíricos, que versam sobre os processos pesquisa, ensino e de aprendizagem sob a perspectiva de seus atores e papéis. Com efeito, apresenta cenários que expõem experiências que dialogam com distintas áreas do conhecimento, sem contudo, perder o rigor científico e aprofundamento necessário.

Por fim, destacamos a importância da Atena Editora e dos autores na divulgação científica e no compartilhamento dos saberes cientificamente produzidos, à medida, que podem gerar novos estudos e reflexões sobre a temática. Ademais esperamos contar com novas contribuições para a ampliação do debate sobre a educação enquanto um fenômeno social.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

CAPÍTULO 1	1
A POESIA DE CECÍLIA MEIRELES: PRÁTICA DE ENSINO E ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Diana Carolina de Almeida Maria Luiza Batista Bretas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306011	
CAPÍTULO 2	20
A AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR E AS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL: PRECARIZAÇÃO À VISTA	
Eliete Maceno Novak Fausto dos Santos Amaral Filho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306012	
CAPÍTULO 3	34
A CRIMINALIZAÇÃO DA CANNABIS NO MUNDO: UMA HISTÓRIA DE PRECONCEITO E INTERESSES ECONÔMICOS	
Caio Carvalho Ribeiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306013	
CAPÍTULO 4	41
A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E A PEDAGOGIA DO ESPORTE: DESAFIOS E ESPERANÇAS	
Renato Sampaio Sadi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306014	
CAPÍTULO 5	50
A EDUCAÇÃO JURÍDICA NO BRASIL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA	
Maria Terezinha Tavares	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306015	
CAPÍTULO 6	59
A GESTÃO DO CONHECIMENTO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM EM TEMPOS DE PANDEMIA	
Taymara S. Medina Letícia F. Dal Forno	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306016	
CAPÍTULO 7	62
A IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO DAS VARIÁVEIS SOCIOCULTURAIS E PSICOLÓGICAS	
Maria Aridenise Macena Fontenelle Maria do Carmo Duarte Freitas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306017	

CAPÍTULO 875**A PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA COMO PRÁTICA DE ESTÁGIO NA LICENCIATURA DE CIÊNCIAS DA BIOLOGIA E QUÍMICA**

Jordilson dos Santos Souza
 Maria Lucidalva Ribeiro de Sousa
 Adriana Dantas Gonzaga de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306018>

CAPÍTULO 987**A RESSOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE**

Ana Carla Correia de Oliveira
 Carine Maria Dantas Vieira
 Mismha Kelly Bomfim Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6562306019>

CAPÍTULO 10.....98**A UTILIZAÇÃO DE UMA REDE SOCIAL DIGITAL NA PROMOÇÃO DA FITOTERAPIA RACIONAL**

Maria Luana Peixoto Batista
 Maria de Nazaré Eufrásio Alves
 Mayara Fernandes de Amorim
 Êmilly Mendes Angelino
 Camyly Cataryne Silva Azevedo
 Pâmella Eduarda Tavares de Brito
 Tuanny Loriato Demuner
 Samille Spellmann Cavalcanti de Farias
 Viviany Azevedo Gomes
 Beatriz de Freitas Medeiros
 Letícia Cavalcanti de Melo
 Daniel de Araújo Paulino
 Joana Ferreira dos Santos
 Alex da Silva
 Juliana Emily de Lima Silva
 Yasmin Vitória Jó da Silva
 Lia Santos de Sousa
 Larissa Martini Vicente
 Saulo Rios Mariz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060110>

CAPÍTULO 11 106**A UTILIZAÇÃO DO WHATSAPP NO ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: EXPERIÊNCIA DOCENTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CUIABÁ (MT)**

Amanda Fernandes Brito
 Hebe Giovana Amaral da Cruz
 Cláudio Arruda Martins Brito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060111>

CAPÍTULO 12..... 120

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PANDEMIA DA COVID-19 NO IFRJ

Rogério Teixeira de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060112>

CAPÍTULO 13..... 124

CONSELHO DE ESCOLA COMO ÓRGÃO DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE. ESTUDO DE CASO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE PEMBA

Geraldina Marina Pedro Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060113>

CAPÍTULO 14..... 138

CRITÉRIOS CONTRATUAIS PARA ADMISSÃO AO EXERCÍCIO DO TRABALHO DOCENTE TEMPORÁRIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

Mateus Paulo Silva Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060114>

CAPÍTULO 15..... 153

BIBLIOTERAPIA NAS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS DE BAIROS PERIFÉRICOS

Johnny Glaydson dos Santos Tavares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060115>

CAPÍTULO 16..... 164

EDUCAÇÃO CTS E A BNCC NO CONTEXTO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
STS EDUCATION AND BNCC IN THE NATURAL SCIENCES CONTEXT

Jorge Raimundo da Trindade Souza

Deusivaldo Aguiar Santos

George Anderson Macedo Castro

Ricardo Haroldo de Carvalho

Heloisa Glins Santos

Katherine Soares Moraes

Maria Wenny Silva Franco

William Cristiano Figueredo

Carine Beatriz Corrêa Maciel

Renato Moraes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060116>

CAPÍTULO 17..... 179

EDUCACIÓN AMBIENTAL BASADA EN COMPETENCIAS: UN ENTORNO UNIVERSITARIO. HIDALGO, MÉXICO

Claudia Teresa Solano Pérez

Jesús Carlos Ruvalcaba Ledezma

Rosario Barrera Gálvez
 Miguel Bosco Palau Cantu
 Ana Erandi Montiel Hernandez
 José Arias Rico
 Reyna Cristina Jiménez Sánchez
 Olga Rocío Flores Chávez
 Rosa María Baltazar Téllez
 Lizbeth Morales Castillejos
 María del Consuelo Cabrera Morales
 Josefina Reynoso Vázquez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060117>

CAPÍTULO 18..... 185

ENTRE A ADOLESCÊNCIA E A PRIVAÇÃO: MEDIDAS SOCIEDUCATIVAS NO
 BRASIL EM UMA DISCUSSÃO DE CLASSE E RAÇA

Flávia Costa Macedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65623060118>

SOBRE O ORGANIZADOR 191

ÍNDICE REMISSIVO 192

ENTRE A ADOLESCÊNCIA E A PRIVAÇÃO: MEDIDAS SOCIEDUCATIVAS NO BRASIL EM UMA DISCUSSÃO DE CLASSE E RAÇA

Data de aceite: 02/01/2023

Flávia Costa Macedo

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Analista Executiva de Defesa Social / Assistente Social na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) de Minas Gerais, lotada no Centro Socioeducativo de Ribeirão das Neves/MG

RESUMO: Este artigo tem por finalidade discutir sobre medidas socioeducativas e o público a quem, prioritariamente, essas medidas são impostas. O texto versa, ainda, sobre a tendência de reprodução da lógica do sistema penal, e encarceramento de jovens pobres e negros. Para este alcance será apresentado um breve histórico sobre as legislações que trataram sobre a infância ao longo do tempo, ressaltando seu caráter, inicialmente, repressivo e punitivo, o que ainda hoje tem reflexos na realidade das práticas de proteção à infância no Brasil. Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Medidas Socioeducativas, Juventude Negra, Racismo.

ABSTRACT: This article aims to discuss socio-educational measures and the public to whom these measures are primarily imposed. The text is also about the tendency to reproduce the logic of the penal system, and imprisonment of poor and black youth. For this purpose, a brief history of the legislation that dealt with childhood over time will be presented, emphasizing its initially repressive and punitive character, which even today reflects on the reality of child protection practices in Brazil. For the development of the research a bibliographical review was carried out.

KEYWORDS: Socio-educational Measures, Black Youth, Racism.

INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre adolescência e cumprimento de medida socioeducativa no Brasil. A proposta do estudo é discorrer sobre como a questão da proteção à infância e adolescência foi tratada no Brasil ao longo dos anos, e como este histórico ainda tem reflexos nas práticas atuais. Além disso, também discute a condição social e racial dos

adolescentes aos quais, em sua maioria, são impostas as medidas socioeducativas.

As reflexões analisam como o racismo, que faz parte da estrutura da nossa sociedade, tem influência na determinação do público alvo de privação de liberdade. De acordo com Almeida (2019, p. 22):

Ainda que hoje seja quase um lugar-comum a afirmação de que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma – tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários. (Almeida, 2019, p. 22)

A proposta do estudo é discorrer sobre os avanços advindos com o ECA, e os desafios ainda presentes, levando em consideração o fato de vivermos em um país capitalista onde as políticas públicas são organizadas sob uma ótica neoliberal, e nossa sociedade ter o racismo como elemento fundante em sua estrutura.

INFÂNCIA E “PROTEÇÃO”: APONTAMENTOS HISTÓRICOS

A trajetória histórica da construção dos direitos da criança e do adolescente marca o início da intervenção do Estado na elaboração das primeiras políticas públicas para a juventude no Brasil com a instituição do já revogado Código de Menores, de 1927, também conhecido como Código Mello Matos.

O Código de Menores de 1927 incorporou uma visão correccional disciplinar e higienista de proteção do meio e do indivíduo, como uma visão jurídica repressiva e moralista contribuindo para a consolidação do termo “menor” como categoria classificatória da infância pobre, marginalizada e em situações de abandono, desproteção ou delito.

Com a perspectiva de reabilitar o “menor infrator” para a sociedade, em 1941, foi criado o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), que tinha como objetivo “corrigir” os “menores” desprotegidos e/ou infratores utilizando-se de uma política corretivo-repressivo-assistencial (casas de correção e reformatórios) e uso de métodos repressivos no atendimento às crianças e adolescentes.

Desse modo, a implantação do SAM estava mais ligada com a questão da ordem social do que com a assistência propriamente dita, pois não passava de uma estratégia de manutenção da ordem.

Com golpe militar de 1964 extinguiu-se o SAM e instituiu-se outro órgão de atendimento a criança e ao adolescente, a FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, utilizando o sistema de internação aos adolescentes que eram considerados “desajustados” aos padrões impostos pela sociedade.

Tanto a FEBEM, quanto a FUNABEM, não se diferenciaram das políticas e práticas

anteriores. Suas ações estavam limitadas a práticas imediatistas, paliativas e filantrópicas, marcados por irregularidades, práticas de violência e regimes carcerários de internação.

A promulgação da Constituição Federal de 1988, significou um grande avanço nos direitos sociais e isto, por sua, vez abrangeu, entre outros, a criança e o adolescente. Os direitos da criança e do adolescente no Brasil passaram a ser dever da família, da sociedade e do Estado como determinado no Artigo 227 da Constituição Federal de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Para regulamentar o Artigo 227 supracitado, em 1990, a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), substituindo o antigo Código de Menores, de 1979, sendo que este negava a condição de sujeito de direitos e colocava o adolescente em uma posição de inferioridade.

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E JUVENTUDE POBRE E NEGRA

O Estatuto da Criança e do Adolescente contrapõe-se, historicamente, a um passado de controle e exclusão. Segundo Volpi (2001):

O ECA promoveu uma ruptura com o arbítrio e o tratamento discricionário aos adolescentes em conflito com a lei; com efeito, além de outros inúmeros benefícios, indica uma mudança fundamental na metodologia de atendimento, estabelecendo a prevalência de um processo socioeducativo. (VOLPI 2001, p. 35)

Apesar dos avanços, já sinalizados, com a promulgação do ECA, ainda são diversos os desafios encontrados quanto a garantia de direitos aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Levando em consideração que vivemos em uma sociedade capitalista, onde o Estado administra conflitos advindos da contradição entre capital e trabalho, uma vez que “ o processo de acumulação capitalista é resultado de relações contraditórias de exploração e dominação ” (FALEIROS, 1986, p.58). Dito isto, podemos compreender as Políticas Sociais como mediadoras no Estado capitalista, estas estão subordinadas aos interesses da acumulação e reprodução do capital, sendo concebidas e implementadas no conjunto de ações de direção e controle social. Nesse cenário insere-se a Política de Socioeducação.

Outra discussão importante sobre as medidas socioeducativas é o fato de que, legalmente buscou-se usar termos que não associasse os adolescentes aos presos adultos, e nem as Unidades de internação aos presídios. No entanto, “ há uma verdadeira reprodução das estruturas penais e da lógica penal no âmbito da criminalidade juvenil.” (ALEIXO, 2012, p. 19)

A autora Klelia Canabrava Aleixo, em seu livro “ Ato infracional: ambivalências e contradição no seu controle, chega a dizer sobre a reprodução do sistema penal no âmbito mirim:

Portanto, o direito da criança e do adolescente também previu sanções a serem impostas ao adolescente em conflito com a lei. São as medidas socioeducativas que, ao mesmo pano linguístico, se diferenciam das penas pelo conteúdo pedagógico da proposta socioeducativa que se dispõe a executar. Observa-se que a linguagem utilizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente foi empregada no sentido de viabilizar a responsabilização sem que houvesse rotulação.

No entanto, na realidade verifica-se que os adolescentes estão inseridos em um sistema (lógica e estrutura) penal. Praticam crimes, são processados, presos, colocados em celas e cumprem pena. Embora no plano normativo a punição não exista, ela ocorre na realidade. Isso indica o predomínio da vontade sobre a razão que faz com que o adolescente infrator seja submetido a toda sorte de punições, sem que haja legislações que as legitime. (ALEIXO, 2012, p. 37)

Um fato relevante a ser sinalizado diz respeito a quais adolescentes são, na realidade, responsabilizados pelos atos infracionais cometidos, e a quem são destinados os espaços acima mencionados. Existe no Brasil, uma criminalização da juventude pobre, sendo esse fenômeno ainda mais intenso quando se trata da juventude pobre e negra. Sobre isso, podemos explicitar a fala da autora Juliana Borges (2019, p. 22), que afirma:

Vivemos em uma sociedade marcada pela lógica neoliberal, e, desde a sua fundação, racista e com desigualdade de gênero. São opressões estruturais e estruturantes da constituição de uma sociedade que surge, para o mundo ocidental, pela exploração colonialista e ainda marca, em todos os seus processos relações e instituições sociais, as características da violência, usurpação, a repressão e o extermínio daquele período.

Sobre a lógica neoliberal citada pela autora, Boschetti (2008), afirma:

A hegemonia neoliberal na década de 1980 nos países capitalistas centrais, não foi capaz de resolver a crise do capitalismo nem alterou os índices de recessão e baixo crescimento econômico, conforme defendia. As medidas implementadas, contudo, tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocaram aumento do desemprego, destruição dos postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e redução dos gastos com as políticas sociais. (Boschetti, 2008, p. 18)

O que podemos observar a partir disto é que as ações governamentais no Brasil se apresentam de maneira excludente e seletiva. Barros, Moreira e Duarte (2008, p.144) pontuam que os jovens oriundos de segmentos pauperizados são atingidos por ações altamente repressivas e “[...] de extrema visibilidade midiática quando cometem algum tipo de violência, em detrimento das situações das quais são vítimas, pois tais contextos, de forma geral são e naturalizados e banalizados”. Dessa forma, fica evidente a necessidade

de estudos e debates sobre as ferramentas de enfrentamento ao encarceramento da juventude negra. Além de pensar quais as reais intenções das medidas socioeducativas impostas aos adolescentes, sendo essencial que estas sejam executadas também como formas de empoderamento, uma vez que, as Unidades Socioeducativas têm uma função social fundamental, sendo urgente tornar obsoleta a tradição assistencial e repressiva.

A criminalização e punição associadas aos jovens negros em nosso país, remontam à construção histórica. O pilar mais importante da construção do nosso país se deu com a instituição da escravização de um imenso número de pessoas sequestradas do continente africano. Dessa forma, até os dias atuais pessoas negras, de maneira geral, são associadas socialmente a algo ruim. Como exemplo disso temos a grande mídia que faz a associação incansável entre negros e criminalidade. De acordo com Juliana Borges (2019, p. 39)

O eixo de sustentação da economia brasileira advinha do processo de escravização. Nesse sentido, a primeira mercadoria do colonialismo, e seu posterior desenvolvimento capitalista no país, foi o corpo negro escravizado. Este foi um processo que não se fixou apenas na esfera física da opressão, mas estruturou o funcionamento e organização social e política do país. Sendo assim, as dinâmicas das relações sociais são totalmente atravessadas por essa hierarquização racial.

O racismo é marca estruturante da nossa sociedade e vivenciamos seus reflexos diariamente na dinâmica das relações sociais, podendo ser identificados os espaços pensados para grupos, e a privação tem sido direcionada prioritariamente para a população pobre e negra.

CONCLUSÃO

Com base no estudo apresentado observa-se a limitação da eficácia das políticas públicas em nosso país, sendo estas orientadas pela lógica neoliberal, o que denota seletividade. Também podemos considerar como seletivas, as sanções aplicadas ao que é socialmente considerado como infração à lei, sendo esta uma lógica pautada em um sistema excludente e racista, em que a população pobre e negra é, prioritariamente, punida e privada de liberdade.

A política de proteção à infância e adolescência em nosso país é marcada por um histórico assistencial e punitivista, o que ainda hoje reflete no atendimento a este público, apesar dos avanços alcançados com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por fim, como diz Angela Davis “ Não podemos acreditar em verdadeira liberdade e democracia enquanto existirem pessoas privadas de direito e da própria liberdade”. (DAVIS, 2017, p. 42)

REFERÊNCIAS

FALEIROS, Vicente de Paula. O que é Política Social. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DAVIS, Angela. Vamos subir todas juntas: perspectivas radicais sobre o empoderamento das mulheres afro-americanas . In: Mulheres, cultura e política. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

VOLPI, M. Sem liberdade, sem direitos: a experiência da privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei. São Paulo: Cortez, 2001.

BARROS, N. V.; MOREIRA, C. A. ; DUARTE, K. M. Juventude e criminalização da pobreza. Revista de educação , Cascavel / PR, v. 3. N. 5, 2008.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo, 2019. Feminismos Plurais, coordenação Djamila Ribeiro.

BORGES, Juliana. Encarceramento em massa. São Paulo, 2019. Feminismos Plurais, coordenação Djamila Ribeiro.

BOSCHETTI, Ivanete. A avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ALEIXO, Klelia Canabrava. Ato infracional: ambivalências e contradições no seu controle. Curitiba: Juruá, 2012.

CARVALHO, Márcio Pinho de. Execução de medidas socioeducativas. Rio de Janeiro: Processo, 2018

ADILSON TADEU BASQUEROTE - Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio de Doutorado Sanduíche no Instituto de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/UL). Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialista em Práticas pedagógicas interdisciplinares: Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Médio (UNIFACVEST). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) e em Estudos Sociais - Geografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professor no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Compõe o corpo editorial, científico e de pareceristas de editoras e revistas científicas na área de Ensino e de Educação Geográfica. Possui experiência na Educação Geográfica e Ambiental, dedicando-se em especial ao uso das TIDCs no Ensino e na aprendizagem, Ensino e Aprendizagem, Recursos didáticos. Paralelamente, pesquisa os seguintes temas: Agroecologia, Agricultura Familiar, Gênero em contextos rurais, Associações agrícolas familiares e Segurança alimentar. <http://orcid.org/0000-0002-6328-1714>

A

Adolescência 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 185, 189

Alfabetização 1, 2, 3, 10, 12, 16, 17, 19, 177

Aprendizagem 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 25, 30, 31, 46, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 107, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 118, 128, 129, 173, 176, 191

Atividades 6, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 26, 28, 32, 45, 46, 52, 55, 60, 62, 79, 95, 102, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 120, 121, 142, 154, 157, 159, 161, 176

Aula 1, 3, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 23, 43, 44, 45, 46, 61, 72, 78, 80, 85, 108, 109, 112

Avaliação 25, 43, 45, 94, 110, 147, 190

B

Biblioteca 8, 19, 23, 153, 154, 158, 159, 160, 161, 163

Brasil 5, 6, 15, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 37, 38, 39, 40, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 64, 69, 73, 76, 82, 85, 92, 93, 94, 95, 96, 101, 104, 106, 116, 118, 119, 120, 123, 136, 139, 141, 142, 143, 147, 151, 160, 165, 166, 169, 171, 172, 174, 177, 178, 185, 186, 187, 188

C

Cannabis 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40

Cecília 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19

Ciência 6, 9, 27, 51, 53, 64, 104, 120, 121, 155, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Comunidade 16, 24, 39, 46, 52, 75, 77, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 102, 109, 112, 114, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 159, 160, 161, 163

D

Desafios 41, 47, 74, 108, 109, 111, 114, 117, 119, 125, 169, 172, 173, 178, 186, 187

Desenvolvimento 3, 5, 6, 7, 9, 14, 16, 17, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 36, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 53, 57, 61, 63, 64, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 101, 106, 109, 111, 112, 117, 124, 125, 128, 129, 132, 134, 136, 147, 153, 154, 156, 159, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 185, 189, 191

Digital 98, 100, 111, 116, 117, 120, 122, 172

Docente 1, 2, 44, 55, 62, 65, 74, 75, 100, 106, 107, 110, 111, 112, 114, 115, 118,

119, 132, 138, 140, 141, 142, 143, 147, 150, 151, 166

E

Educação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 41, 42, 44, 45, 46, 49, 50, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 74, 75, 76, 79, 80, 83, 84, 85, 96, 98, 100, 103, 104, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 174, 176, 177, 178, 187, 190, 191

Educação básica 7, 18, 21, 22, 25, 26, 28, 29, 32, 45, 60, 116, 119, 138, 139, 140, 141, 142, 150, 151, 152, 164, 165, 166, 169, 170, 176, 178

Ensino 1, 2, 3, 6, 8, 10, 12, 13, 14, 17, 18, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 45, 46, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 84, 85, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 135, 136, 137, 139, 140, 142, 143, 146, 147, 149, 150, 151, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 191

Ensino remoto 60, 61, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119

Escola 2, 5, 7, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 33, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 53, 55, 60, 61, 75, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 141, 167, 174, 177, 178

Estudantes 7, 21, 25, 28, 53, 54, 59, 60, 65, 70, 73, 75, 77, 85, 108, 110, 111, 112, 115, 120, 121, 122, 128, 165, 169

F

Formação 1, 4, 5, 6, 7, 9, 17, 21, 24, 28, 29, 31, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 62, 63, 64, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 82, 101, 111, 115, 118, 119, 120, 129, 132, 134, 136, 141, 154, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 174, 176, 177

G

Gravidez 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85

I

Infantil 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 26, 114, 142, 146, 149, 191

Integral 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 49, 164, 165, 166, 169, 176, 177

Internet 44, 47, 60, 61, 73, 80, 83, 111, 112, 115, 116

M

Metodologia 1, 3, 18, 57, 65, 71, 75, 77, 85, 97, 102, 113, 121, 123, 124, 126, 130, 169, 170, 187

N

Necessidade 2, 9, 17, 21, 42, 43, 50, 51, 53, 54, 55, 112, 114, 120, 125, 127, 130, 131, 140, 143, 145, 146, 147, 149, 176, 177, 188

P

Pandemia 59, 60, 61, 63, 65, 73, 102, 106, 107, 108, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 158

Pedagogia 41, 44, 49, 87, 117, 118, 123, 138, 191

Período 11, 20, 21, 23, 25, 26, 28, 52, 56, 60, 64, 65, 73, 94, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 125, 138, 141, 145, 146, 149, 188

Plataforma 103, 107, 108, 109, 118

Poesia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 62, 71, 72, 163

Possibilidade 16, 17, 26, 29, 30, 41, 45, 46, 52, 77, 95, 113, 125, 127, 142, 146, 149, 156, 164, 166, 176

Práticas 1, 2, 6, 7, 17, 24, 46, 47, 60, 63, 64, 66, 73, 75, 84, 90, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 169, 172, 185, 186, 187, 191

Problemas 19, 38, 43, 48, 52, 55, 60, 64, 66, 73, 76, 80, 100, 102, 124, 126, 128, 129, 132, 133, 155, 157, 159, 160, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 176, 182

Professores 1, 3, 7, 11, 17, 24, 31, 39, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 53, 55, 57, 59, 60, 61, 75, 77, 78, 80, 83, 85, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 125, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 150, 151, 159, 161, 165, 174, 177

R

Rede social 98, 100, 102, 103, 104

S

Sexualidade 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 132

Sociedade 24, 28, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 44, 47, 50, 51, 52, 53, 57, 61, 73, 80, 82, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 117, 127, 133, 160, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 186, 187, 188, 189

T

Tecnologias 24, 61, 63, 70, 109, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 161, 172

U

Utilização 46, 47, 55, 60, 63, 67, 98, 105, 106, 110, 114, 117, 157, 158, 161, 165, 171

V

Virtual 107, 108, 112, 113, 114, 115, 139, 179

W

WhatsApp 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora
Ano 2023

Vol 5

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora
Ano 2023

Vol 5